



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de engenharia para execução de melhoramento de ramais vicinais, compreendendo intervenções de adequação da plataforma de rolamento e drenagem superficial, conforme projetos e especificações técnicas, para atender as demandas nas regionais do Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Tarauacá-Envira e Juruá no Estado do Acre.

2. VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados, nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizada a vantagem para a Administração e mantidas as condições inicialmente pactuadas.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Departamento de Estradas de Rodagem do Acre – DERACRE tem como atribuição a execução, manutenção e conservação de ramais, estradas, rodovias e obras de arte corrente em todo o território do Estado do Acre, cuja malha viária está inserida em uma realidade regional marcada por condições climáticas severas, forte regime de chuvas e predominância de solos de baixa capacidade de suporte, característicos da região amazônica.

3.2. Tais fatores, somados ao tráfego contínuo de veículos de pequeno e grande porte, a malha viária do Estado é composta por milhares de quilômetros de ramais de difícil acesso, o que exige do DERACRE respostas rápidas e contínuas às demandas de trafegabilidade e escoamento da produção local.

3.3. Não é possível determinar previamente o volume exato de materiais e serviços a serem aplicados, uma vez que a necessidade de intervenção depende de variáveis não controláveis, como intensidade pluviométrica, processos erosivos, rompimento de bueiros, degradação acelerada de revestimentos primários.

3.4. O desgaste das vias ocorre de forma natural e irregular, impossibilitando a fixação de quantidades precisas para cada frente de serviço ao longo do período de vigência contratual.

3.5. Os serviços de revestimento primário, drenagem, reforço do sub-leito são atividades correntes e rotineiras na engenharia rodoviária aplicada pelo DERACRE.

3.6. Tratam-se de serviços de baixa complexidade técnica, consolidados na prática cotidiana do órgão, mas que demandam planejamento e disponibilidade de meios para execução imediata.

3.7. O caráter permanente da manutenção da malha viária estadual, aliado às condições amazônicas e à extensa rede de ramais, reforça a necessidade de se manter um estoque contratual de serviços e insumos que possam ser demandados conforme a urgência de cada situação.

3.8. Diante da argumentação apresentada, a contratação por Sistema de Registro de Preços se apresenta como o instrumento mais adequado para garantir: celeridade na resposta às demandas emergenciais e sazonais; economicidade, por meio da contratação de preços registrados e competitivos; planejamento eficiente, diante da incerteza dos quantitativos necessários; continuidade da trafegabilidade, assegurando o direito de ir e vir da população acreana e o escoamento da produção regional.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

3.9. Assim, a presente contratação por SRP não apenas atende ao princípio da eficiência administrativa, mas também constitui medida essencial para assegurar a manutenção adequada da malha viária estadual, considerando a realidade específica da região amazônica e as demandas permanentes e imprevisíveis que se apresentam ao DERACRE.

4. SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução adotada para atendimento da presente contratação consiste na execução integrada de serviços de engenharia voltados ao melhoramento de ramais vicinais, de forma a assegurar condições adequadas de trafegabilidade, segurança e funcionalidade ao longo de seu ciclo de vida.

4.2. Considera-se que o ciclo de vida do objeto abrange as fases de planejamento, execução das intervenções, utilização dos ramais e manutenção ao longo do tempo, devendo as soluções técnicas empregadas priorizar a durabilidade das melhorias implementadas e a mitigação de custos futuros decorrentes de manutenções corretivas recorrentes.

4.3. As intervenções previstas concentram-se na adequação da plataforma de rolamento e na execução de sistemas de drenagem superficial, compreendendo serviços de regularização do leito carroçável, conformação do greide, abertura e manutenção de dispositivos de drenagem, bem como demais serviços necessários à melhoria das condições de uso dos ramais, observadas as características geométricas e ambientais de cada trecho.

4.4. A especificação do produto foi definida de modo a assegurar desempenho compatível com as condições de tráfego e com as particularidades climáticas e geográficas das regionais do Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Tarauacá-Envira e Juruá, no Estado do Acre, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de engenharia. Os parâmetros técnicos, métodos executivos, critérios de aceitação e padrões de qualidade encontram-se detalhados nas especificações técnicas, projetos e demais documentos que integram este Termo de Referência.

4.5. A solução como um todo contempla, ainda, todos os serviços complementares indispensáveis à plena funcionalidade das intervenções realizadas, não se limitando à execução pontual dos serviços, mas abrangendo as ações necessárias para garantir a efetividade e a vida útil das melhorias implementadas ao longo do período de utilização dos ramais.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Local de Execução

5.1.1. Os serviços objeto da presente contratação serão executados em **ramais vicinais localizados nas regionais do Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Tarauacá-Envira e Juruá**, no Estado do Acre, conforme demandas definidas pelo órgão contratante, observados o planejamento, as ordens de serviço emitidas e as condições locais de cada trecho.

5.2. Prazo de Execução

5.2.1. O prazo para execução dos serviços será de **04 (quatro) meses**, contados a partir do recebimento da respectiva **Ordem de Serviço**, podendo abranger uma ou mais frentes de trabalho, conforme o cronograma



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

definido pela Administração, observado o período de vigência contratual.

- Lote 1. 04 meses
- Lote 2. 04 meses
- Lote 3. 04 meses
- Lote 4. 04 meses
- Lote 5. 04 meses
- Lote 6. 04 meses
- Lote 7. 04 meses
- Lote 8. 04 meses
- Lote 9. 04 meses
- Lote 10. 04 meses
- Lote 11. 04 meses
- Lote 12. 04 meses
- Lote 13. 04 meses

5.3. Garantia do Objeto

5.3.1. A CONTRATADA responderá pela **garantia dos serviços executados pelo prazo mínimo de 01 (um) ano**, contado a partir do recebimento definitivo do objeto.

5.3.2. Durante o período de garantia, constatadas falhas, vícios ou defeitos decorrentes de execução inadequada, a CONTRATADA deverá promover, **às suas expensas**, os reparos necessários, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo das demais sanções previstas em contrato e na legislação vigente.

5.4. Da Garantia de Execução Contratual

5.4.1. Como condição para a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá prestar **garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.2. A garantia poderá ser prestada por qualquer das seguintes modalidades:

- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos;
- II - fiança bancária;
- III - seguro-garantia;
- IV - título de capitalização, observadas as condições estabelecidas na legislação aplicável.

5.4.3. Caso a CONTRATADA opte pela modalidade de **título de capitalização**, deverá observar o prazo mínimo de **01 (um) mês**, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

5.4.4. Para as demais modalidades, o comprovante da prestação da garantia deverá ser apresentado no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5.4.5. A garantia permanecerá válida até a plena execução do contrato, sendo liberada ou restituída após o cumprimento integral das obrigações assumidas, desde que não haja pendências que justifiquem sua retenção.

5.4.6. Em caso de inadimplemento contratual, a garantia poderá ser utilizada para ressarcimento de prejuízos causados à CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.5. Subcontratação

5.5.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, **limitada a até 20% (vinte por cento) do valor total contratado**, desde que previamente autorizada pela Administração e que não recaia sobre as parcelas de maior relevância técnica do objeto.

5.5.2. A subcontratação não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade integral pela execução dos serviços, pela qualidade dos trabalhos realizados e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

5.6. Aderência a Critérios de Sustentabilidade

5.6.1. A execução dos serviços deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, incluindo, sempre que possível:

- I - priorização da contratação de **mão de obra local**, de forma a fomentar o desenvolvimento socioeconômico das regionais atendidas;
- II - utilização de **recursos minerais provenientes de jazidas devidamente licenciadas** pelos órgãos ambientais competentes;
- III - adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, especialmente no controle de processos erosivos e na adequada destinação de resíduos;
- IV - observância às normas ambientais, trabalhistas e de segurança do trabalho aplicáveis à execução dos serviços.

5.7. Vistoria Técnica

5.7.1. A empresa interessada em participar do processo licitatório poderá comparecer na sede do órgão solicitante, DERACRE, onde agendará a data para a visita técnica, que poderá ser realizada a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. Entretanto, a Visita Técnica não será obrigatória, mas a Empresa que não efetuá-la, terá que apresentar Declaração formal assinada pelo responsável indicado pela empresa, conforme Modelo Anexo VII, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do serviço/obra e do local onde a mesma será executada, devendo esta declaração constar nos documentos de habilitação, sob pena de inabilitação.

5.7.1.1. A referida declaração deverá integrar o envelope de habilitação, **sob pena de inabilitação**, nos termos do edital.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

6. MODELO DE EXECUÇÃO

6.1. Regime de Execução

6.1.1. O objeto será executado sob o **regime de empreitada por preço unitário**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando-se a natureza dos serviços e a execução sob demanda, conforme quantidades efetivamente executadas e medidas.

6.2. Forma de Execução dos Serviços

6.2.1. A execução dos serviços ocorrerá **sob demanda**, mediante emissão de **Ordens de Serviço**, devidamente formalizadas e assinadas pela autoridade competente ou por servidor formalmente designado pela Administração, observados o planejamento institucional e as necessidades identificadas nas regionais atendidas.

6.3. Prazo para Início da Execução

6.3.1. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da respectiva **Ordem de Serviço**.

6.4. Forma de Comunicação entre a Contratada e a Administração

6.4.1. A comunicação entre a CONTRATADA e a Administração dar-se-á, prioritariamente, por meio formal, mediante registros no processo administrativo, comunicações eletrônicas institucionais e ordens formais emitidas pela fiscalização do contrato, sem prejuízo de reuniões técnicas, quando necessárias.

6.4.2. Toda orientação, solicitação ou alteração relevante relacionada à execução dos serviços deverá ser formalizada, de modo a assegurar a rastreabilidade e o adequado controle da execução contratual.

6.5. Recebimento Provisório

6.5.1. O recebimento provisório dos serviços será realizado pela fiscalização do contrato no prazo de até **15 (quinze) dias**, contado da comunicação formal de conclusão da respectiva etapa ou Ordem de Serviço, mediante termo circunstanciado, para fins de verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas e contratuais.

6.6. Recebimento Definitivo

6.6.1. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá no prazo de até **15 (quinze) dias**, contado da data do recebimento provisório, após a verificação do saneamento de eventuais pendências apontadas e mediante a emissão de termo definitivo pela Administração, atestando a adequada execução do objeto.

6.7. Condições Gerais para Execução dos Serviços

6.7.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, nos projetos e em sua proposta, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de engenharia.

6.7.2. Os serviços deverão ser executados sem defeitos, falhas ou vícios que comprometam sua funcionalidade e durabilidade, aplicando-se, no que couber, as disposições do **Código de Defesa do Consumidor**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

(Lei nº 8.078/1990) e demais legislações pertinentes.

6.7.3. O descumprimento dos prazos estabelecidos sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, bem como às disposições do edital, do contrato e de seus anexos.

6.7.4. Na hipótese de a CONTRATADA prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, deverá solicitar **formalmente** a prorrogação de prazo, devidamente justificada e acompanhada de prova documental, a ser submetida à apreciação da fiscalização do contrato.

6.7.5. A ausência de solicitação de prorrogação, ou o indeferimento do pedido, ensejará a adoção das medidas e sanções cabíveis, mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7. MODELO DE GESTÃO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes DERACRE e contratada, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstância mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o DERACRE e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. Preposto

7.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6.2. O DERACRE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.7. Fiscal do Contrato

7.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

7.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/ apostilamentos;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

- 7.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
- 7.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
- 7.7.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
- 7.7.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
- 7.7.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 7.7.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 7.7.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 7.7.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 7.7.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 7.7.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 7.7.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 7.7.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 7.7.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 7.7.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 7.7.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 7.7.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 7.7.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 7.7.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 7.7.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

- 7.7.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos servidos efetivamente realizados; Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 7.7.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações;
- 7.7.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.
- 7.8. **Gestor do Contrato**
- 7.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 7.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 7.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 7.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 7.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 7.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 7.8.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 7.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 7.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 7.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 7.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 7.8.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 7.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 7.8.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

- 7.8.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 7.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 7.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei.
- 7.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas.
- 7.8.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões.
- 7.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 7.8.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 7.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 7.8.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. **Critérios de Medição**
- 8.1.1. A medição dos serviços executados será realizada **mensalmente**, ou conforme definido pela fiscalização do contrato, com base nas **quantidades efetivamente executadas**, devidamente aferidas em campo e registradas em **Boletins de Medição**.
- 8.1.2. As medições observarão rigorosamente os **critérios, unidades de medida e preços unitários** estabelecidos na planilha orçamentária contratual, constituindo condição indispensável para o pagamento a **aprovação expressa da medição pela fiscalização**.
- 8.1.3. Não serão objeto de medição ou pagamento os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, projetos, ordens de serviço ou sem a prévia autorização da Administração.
- 8.1.4. **Documentação Obrigatória para as Medições**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

8.1.4.1. Constituem documentos obrigatórios para instrução das medições, **quando aplicáveis**, sem prejuízo de outros previstos no instrumento contratual:

I - Regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA:

- Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão de Regularidade Fiscal Estadual e Municipal, quando exigível;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

II - Documentação técnica da medição:

- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa aos serviços executados;
- Boletim de Medição, contendo:
 - planilha de serviços realizados;
 - memória de cálculo;
 - cronograma físico-financeiro atualizado;
 - relatório fotográfico;
 - justificativa de atraso, quando houver;
 - Relatório gerencial ou documento técnico, quando solicitado pela fiscalização.

III - Obrigações trabalhistas e previdenciárias (quando aplicáveis):

8.1.4.2. Cópia da folha de pagamento dos trabalhadores vinculados à execução dos serviços;

8.1.4.3. Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP;

8.1.4.4. Guia da Previdência Social – GPS;

8.1.4.5. Guia de Recolhimento do FGTS – GRF;

8.1.4.6. Comprovantes das retenções legais incidentes.

8.1.5. **Documentação Adicional – Primeira Medição (quando aplicável)**

8.1.5.1. A primeira medição deverá ser acompanhada, quando exigível pela natureza do serviço, dos seguintes documentos:

8.1.5.2. Cadastro Nacional de Obras – CNO;

8.1.5.3. Programas e laudos de segurança e saúde do trabalho, quando cabíveis (PPRA/PGR, PCMSO, LTCAT);

8.1.5.4. Licenças ambientais pertinentes à execução dos serviços.

8.1.6. **Documentação Condicionante à Última Medição (quando aplicável)**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

8.1.6.1. O pagamento da última medição ficará condicionado à apresentação dos seguintes documentos, **quando compatíveis com o objeto contratado**:

- Termo de Recebimento Provisório;
- Termo de Recebimento Definitivo;
- Termo de garantia dos serviços executados;
- Comprovação de regularidade da matrícula da obra no CNO, quando houver.

8.1.7. Os comprovantes de recolhimento das contribuições sociais e trabalhistas também deverão ser exigidos das **subcontratadas**, na hipótese de subcontratação autorizada.

8.2. Da Liquidação da Despesa

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. O prazo de liquidação será reduzido à metade nos casos de contratações cujos valores não ultrapassem o limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mantida a possibilidade de prorrogação.

8.2.3. Para fins de liquidação da despesa, o setor competente deverá verificar se a **Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente** contém, além dos requisitos fiscais legais, os seguintes elementos mínimos de identificação contratual e administrativa:

- I - **número do contrato administrativo** a que se refere a cobrança;
- II - **número da Nota de Empenho** correspondente;
- III - **dados do procedimento licitatório**, incluindo número e modalidade da licitação;
- IV - **dados da Ata de Registro de Preços**, quando se tratar de contratação dela decorrente;
- V - **período de referência da medição**, com indicação clara da etapa ou intervalo temporal a que correspondem os serviços executados;
- VI - valor bruto da cobrança e **destaque das retenções tributárias cabíveis**, quando aplicável.

8.2.3.1. A ausência de quaisquer dos elementos acima, bem como a existência de erro material ou inconsistência nas informações apresentadas, constituirá impedimento à liquidação da despesa, ficando o processo sobrestado até a devida regularização pelo CONTRATADO, sem ônus para a Administração..

8.2.4. Regularidade Fiscal

8.2.4.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, verificada preferencialmente por meio de consulta ao **SICAF**, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.4.2. Constatada irregularidade, o CONTRATADO será notificado para regularização no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração, assegurado o direito à



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

ampla defesa.

8.2.4.3. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas administrativas cabíveis, inclusive quanto à eventual rescisão contratual, sem prejuízo da continuidade do pagamento pelos serviços efetivamente executados até decisão final, quando aplicável.

8.3. Do Pagamento

8.3.0.1. O pagamento será efetuado por meio de **ordem bancária**, para crédito em conta corrente indicada pelo CONTRATADO.

8.3.0.2. Considerar-se-á como data do pagamento aquela em que constar como emitida a ordem bancária pela Administração.

8.3.1. Retenções Tributárias

8.3.1.1. Quando do pagamento, serão efetuadas as **retenções tributárias previstas na legislação vigente**, independentemente dos percentuais indicados na planilha orçamentária.

8.3.1.2. O CONTRATADO optante pelo **Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções relativas aos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente sua condição.

8.3.2. Prazo de Pagamento

8.3.2.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.3.3. Atualização por Atraso no Pagamento

8.3.3.1. Em caso de atraso injustificado no pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada conforme a fórmula: **EM = N × VP × (I / 365)**

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias de atraso;

VP = valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (IBGE) / 100.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1. Forma de Seleção

9.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica**, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços – SRP**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

9.2. **Justificativa para Utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP**

9.2.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela **natureza do objeto e sob demanda** dos serviços de melhoramento de ramais vicinais, cuja execução depende de fatores variáveis, tais como condições climáticas, sazonalidade, degradação natural das vias e prioridades definidas pela Administração.

9.2.2. Ademais, os serviços serão executados em **diversas regionais do Estado do Acre**, sem possibilidade de definição prévia e precisa dos quantitativos por localidade no momento da licitação, o que torna o SRP o instrumento mais adequado para assegurar **flexibilidade operacional, economicidade e celeridade na contratação**, evitando a celebração de contratos com quantitativos superestimados ou subestimados.

9.2.3. O SRP permite, ainda, a contratação conforme a efetiva necessidade da Administração, mediante emissão de ordens de serviço, garantindo maior controle da execução e do gasto público, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência e vantajosidade.

9.2.4. Considerando a especificidade do objeto e que o órgão gerenciador será o único contratante, não será realizada a divulgação da intenção de registrar preços, conforme §1º do art. 86 da Lei Federal 14.133/2021.

9.3. **Critérios de Seleção do Fornecedor**

9.3.1. **Critério de Julgamento**

9.3.1.1. O critério de julgamento será o de **menor preço**, conforme o caso, **por lote**, nos termos do edital e do art. 170 do Decreto Estadual 11.363/2023.

9.3.2. **9.3.2. Justificativa do Parcelamento**

9.3.2.1. O parcelamento da contratação em **lotes** justifica-se pela necessidade de atendimento simultâneo às diversas regionais abrangidas, possibilitando a **ampliação da competitividade**, a **redução de riscos operacionais** e a **otimização da execução dos serviços**, sem prejuízo da padronização técnica adotada.

9.3.2.2. O parcelamento adotado não compromete a economia de escala nem a funcionalidade da solução, sendo tecnicamente viável e economicamente vantajoso, nos termos do entendimento consolidado dos órgãos de controle.

9.3.3. **Modo de Disputa**

9.3.3.1. O modo de disputa será o **aberto**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, permitindo a apresentação sucessiva de lances públicos e promovendo maior competitividade e obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

9.4. **Da Habilitação Econômico-Financeira**

9.4.1. No momento de apresentação da proposta, como requisito de **pré-habilitação**, o licitante deverá fornecer a garantia de 0,5% do valor estimado para a contratação (conforme art. 58 da Lei Federal 14.133/2021), o respectivo valor será devolvido ao licitante no prazo de 10 dias úteis (em se tratando de caução), contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

9.4.2. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (**dez por cento**) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

9.4.3. Considerando a necessidade de garantir a capacidade mínima para a execução do objeto, a exigência de qualificação econômico-financeira será cumulativa, devendo o licitante comprovar a capacidade correspondente à soma de todos os lotes em que vier a se sagrar melhor classificado.

9.5. **Forma de Fornecimento**

9.5.1. A execução do objeto dar-se-á mediante **prestação de serviços sob demanda**, conforme ordens de serviço emitidas pela Administração, observados os termos da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

9.6. **Participação de Consórcios**

9.6.1. Será **permitida a participação de empresas reunidas em consórcio** no presente certame, **limitada à constituição de consórcios formados por, no máximo, 02 (duas) empresas**, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na legislação aplicável.

9.6.2. A opção pela participação em consórcio implicará a obrigação de **comprovação de capital social mínimo acrescido de 10% (dez por cento), totalizando 20% (vinte por cento)** sobre o valor exigido, nos termos do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

9.6.3. A admissão de consórcios justifica-se pela possibilidade de **reforço da capacidade técnica e econômico-financeira** dos licitantes, ampliando a disponibilidade de equipamentos, estrutura operacional e pessoal técnico qualificado, o que contribui para a adequada execução dos serviços de engenharia objeto da contratação.

9.6.4. A **limitação do número de empresas consorciadas** tem como finalidade assegurar **maior eficiência na gestão e execução contratual**, favorecendo a organização das atividades, a coordenação técnica, bem como o adequado fluxo de comunicação entre a Administração, a fiscalização e a contratada, especialmente no que se refere ao acompanhamento da execução e ao processamento das medições e pagamentos.

9.6.5. Para fins de **qualificação técnica**, será admitido o **somatório dos quantitativos comprovados por cada consorciada**, mediante apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CATs ou atestados técnicos, desde que compatíveis com o objeto licitado, demonstrando que o consórcio, em seu conjunto, possui experiência e estrutura adequadas à execução de serviços iguais ou semelhantes ao objeto da contratação.

9.6.6. Será permitida a **alteração da composição do consórcio**, desde que previamente solicitada e expressamente autorizada pela Administração, observadas as seguintes condições:

9.6.6.1. no caso de **substituição de consorciada**, deverá ser comprovado o atendimento integral às exigências de habilitação previstas no instrumento convocatório;

9.6.6.2. no caso de **exclusão de consorciada**, deverá ser demonstrada a manutenção das condições de habilitação originalmente exigidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

9.6.7. Em qualquer hipótese, a alteração da composição do consórcio não poderá implicar prejuízo à execução contratual nem à observância dos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos no edital.

9.7. Participação de Cooperativas

9.7. Fica **vedada a participação de cooperativas**, em razão das **características do objeto**, que envolve a execução de serviços de engenharia com necessidade de responsabilidade técnica individualizada, direção técnica permanente, assunção integral de riscos contratuais e subordinação direta dos trabalhadores à execução dos serviços, circunstâncias incompatíveis com a natureza jurídica e operacional das cooperativas, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle.

9.8. Da Proposta de Preços

9.8.1. Validade da Proposta

9.8.1.1. As propostas deverão ter validade mínima de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação.

9.8.2. Desclassificação das Propostas

9.8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contêm **vícios insanáveis**;
- II - não atendam às **especificações técnicas** estabelecidas no edital;
- III - apresentem preços **inexequíveis** ou **superiores ao orçamento estimado** para a contratação;
- IV - não demonstrem sua **exequibilidade**, quando exigido pela Administração;
- V - apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.8.2.2. Considerar-se-ão **inexequíveis** as propostas cujos valores globais sejam **inferiores a 75% (setenta e cinco por cento)** do valor estimado pela Administração, sem prejuízo de análise mais aprofundada quando identificados indícios de inexequibilidade.

9.8.3. Comprovação da Exequibilidade da Proposta

9.8.3.1. Quando identificados indícios de inexequibilidade, a licitante será convocada a comprovar a viabilidade de sua proposta, mediante apresentação, no mínimo, dos seguintes documentos:

- I - Declaração formal de exequibilidade da proposta;
- II - Planilha de composição de custos e formação de preços e detalhamento de todos os custos unitários discriminados no parecer de análise de preço;
- III - Demonstração da compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

IV - Indicação de metodologias executivas, produtividade estimada e utilização de equipamentos próprios ou contratados;

V - Comprovação de que os custos de insumos, mão de obra, encargos sociais e tributos estão adequadamente considerados.

9.8.3.2. A Administração se reserva ao direito de exigir a apresentação de comprovação de exequibilidade das propostas, ainda que não atingido percentual de desconto superior a 25% (manifestamente inexequível).

9.8.3.3. Com o objetivo de promover maior celeridade ao certame, a Administração reserva-se o direito de solicitar, de forma simultânea, a apresentação da proposta de preços e da comprovação de exequibilidade de todas as empresas cujas propostas sejam **inferiores a 75% (setenta e cinco por cento)** do valor estimado pela Administração.

9.8.3.4. Ressalta-se, contudo, que a análise das propostas e da documentação de exequibilidade seguirá rigorosamente a ordem de classificação no certame.

9.8.3.5. **9.8.4. Garantia Adicional da Proposta**

9.8.3.6. Será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta seja **inferior a 85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, correspondente à diferença entre o valor estimado e o valor da proposta apresentada, sem prejuízo das demais garantias previstas na Lei nº 14.133/2021.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. A qualificação técnica deverá ser comprovada por meio de indicação ou apresentação de profissional, devidamente registrado no CREA ou conselho profissional de registro, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

10.2. Para qualificação técnica é necessário o licitante indicar o quadro técnico disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

10.3. Para comprovação de qualificação técnico-operacional será necessária a apresentação de certidão de acervo técnico e atestados validados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

10.4. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido origem ao Atestado.

10.5. O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

10.6. As empresas interessadas poderão concorrer ao lote ou aos lotes que tiverem interesse, caso uma empresa ou consórcio sagrar-se campeão de mais de um lote deste mesmo pleito, esta deverá comprovar a capacidade técnica-profissional e operacional de forma acumulativa em conformidade aos lotes que houver ganho, e em caso de não atingir a comprovação suficiente, deverá discriminar de forma expressa o lote que tenha interesse caso haja atingido os requisitos suficientes para participação no referido lote(s).

10.7. Considerando a característica não previamente localizada das intervenções — uma vez que os serviços serão executados conforme a necessidade superveniente da Administração —, adotou-se como premissa metodológica a definição de uma malha viária potencial de atendimento, abrangendo as áreas sob jurisdição de cada regional.

10.8. A partir dessa diretriz, foi elaborada memória de cálculo específica para cada um dos 13 (treze) lotes, correspondentes às respectivas regionais.

10.9. Ressalta-se que os quantitativos constantes nos orçamentos base possuem caráter estimativo e máximo, sendo dimensionados com o objetivo de assegurar a adequada cobertura das demandas ao longo da vigência contratual, sem, contudo, implicar obrigatoriedade de execução integral.

10.10. A proporcionalidade entre os quantitativos definidos para cada lote foi estabelecida com base na representatividade da malha viária de cada regional, de modo a garantir isonomia na distribuição dos recursos e aderência às reais necessidades operacionais.

10.11. No que se refere à qualificação técnica, adotou-se como critério a exigência de comprovação de execução anterior de quantitativos correspondentes a aproximadamente 45% (quarenta e cinco por cento) dos valores previstos no orçamento base de cada lote, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência consolidada dos órgãos de controle. Tal parâmetro visa assegurar que as empresas licitantes detenham capacidade técnico-operacional compatível com a complexidade e a dimensão dos serviços a serem contratados, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

10.12. Considerando a necessidade de garantir a capacidade técnica mínima para a execução do objeto, a exigência de qualificação técnica será cumulativa, devendo o licitante comprovar a capacidade correspondente à soma das exigências relativas a todos os lotes em que vier a se sagrar melhor classificado.

10.13. Fica vedado o reaproveitamento de um mesmo atestado ou comprovação de qualificação técnica para atendimento simultâneo às exigências de mais de um lote.

10.14. **SERVIÇOS E QUANTITATIVOS MÍNIMOS A SEREM COMPROVADOS PARA OS LOTES 01 à 13.**

LOTE 1

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE****DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE****TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

Tubo PEAD para drenagem	m
-------------------------	---

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	189.063,00
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	37.812,60
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	32.410,80
Tubo PEAD para drenagem	m	98,97

LOTE 2

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	315.787,50
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	63.157,50
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	54.135,00
Tubo PEAD para drenagem	m	197,98

LOTE 3

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	315.724,49
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	63.144,90

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE****DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE****TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	54.124,20
Tubo PEAD para drenagem	m	197,98

LOTE 4

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	315.787,50
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	63.157,50
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	54.135,00
Tubo PEAD para drenagem	m	197,98

LOTE 5

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	315.803,25
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	63.160,65
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	54.137,70
Tubo PEAD para drenagem	m	197,98

LOTE 6

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE****DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE****TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	445.536,00
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	89.107,20
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	76.377,60
Tubo PEAD para drenagem	m	247,50

LOTE 7

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	570.874,48
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	114.174,90
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	97.864,20
Tubo PEAD para drenagem	m	57,60

LOTE 8

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE****DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE****TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	346.814,98
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	69.363,00
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	59.454,00
Tubo PEAD para drenagem	m	123,73

LOTE 9

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	124.204,50
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	24.840,90
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	21.292,20
Tubo PEAD para drenagem	m	74,25

LOTE 10

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	130.614,75
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	26.122,95
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	22.391,10
Tubo PEAD para drenagem	m	188,09



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

LOTE 11

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	124.204,50
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	24.840,90
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	21.292,20
Tubo PEAD para drenagem	m	74,25

LOTE 12

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	189.063,00
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	37.812,60
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	32.410,80
Tubo PEAD para drenagem	m	98,97

LOTE 13

SERVIÇO	UNIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²
reforço do subleito sem material de jazida	m ³



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³
Tubo PEAD para drenagem	m

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	m ²	124.173,00
reforço do subleito sem material de jazida	m ³	24.834,60
Execução de revestimento primário sem material de jazida	m ³	21.286,80
Tubo PEAD para drenagem	m	74,25

10.15. **DA DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS**

10.15.1. Os quantitativos expressos no item 13.3 representam 45% da meta de execução dos serviços mencionados.

10.15.2. **Equipe Técnica** mínima requerida para todos os lotes:

- 01 Engenheiro Civil;
- 01 Engenheiro ou Técnico de segurança do trabalho;
- 01 Topógrafo.

10.15.3. **Relação de Equipamentos** para execução dos serviços para todos os lotes:

- 01 Caminhão Carroceria
- 01 Betoneira de concreto in loco;
- 01 Trator tipo pá carregadeira;
- 01 Escavadeira hidráulica;
- 01 Rolo compactador tipo pé-de-carneiro.
- 01 Retroescavadeira.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em **preços referenciais oficiais**, notadamente as tabelas **SICRO e SINAPI**, observadas as características dos serviços de engenharia a serem executados, a natureza **sob demanda** da contratação, o regime de **empreitada por preço unitário** e a adoção do **Sistema de Registro de Preços – SRP**.

11.2. Os valores estimados refletem o **montante máximo passível de contratação**, não constituindo obrigação de contratação integral, estando condicionados à efetiva emissão de ordens de serviço pela Administração, conforme as necessidades identificadas nas regionais atendidas.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

11.3. A contratação foi estruturada em **lotes**, de modo a permitir melhor distribuição das demandas, ampliação da competitividade e otimização da execução dos serviços, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

11.4. **Distribuição dos Lotes e Valores Estimados**

Lote	Regional	Valor
1	Alto Acre. Município: Xapuri.	R\$ 15.000.048,28
2	Alto Acre. Municípios: Assis Brasil, Brasiléia e Eptaciolândia	R\$ 24.999.033,78
3	Baixo Acre. Municípios: Bujari, Porto Acre e Senador Guimard	R\$ 24.999.398,96
4	Baixo Acre. Municípios: Plácido de Castro e Acrelândia.	R\$ 24.999.033,78
5	Baixo Acre. Município: Rio Branco, transacreana km 81 ao 140.	R\$ 25.000.220,10
6	Baixo Acre. Município: Rio Branco, transacreana km 36 ao 80.	R\$ 35.000.834,00
7	Juruá. Município: Cruzeiro do Sul - Projeto Santa Luzia.	R\$ 46.999.452,94
8	Juruá. Município: Cruzeiro do Sul - Demais Ramais.	R\$ 27.002.335,72
9	Tarauacá-Envira. Município: Feijó.	R\$ 10.000.675,43
10	Juruá. Município: Mâncio Lima.	R\$ 10.999.490,87
11	Purus. Municípios: Sena Madureira e Manoel Urbano.	R\$ 10.000.673,39
12	Juruá. Município: Rodrigues Alves.	R\$ 15.000.407,80
13	Tarauacá-Envira. Município: Tarauacá.	R\$ 9.998.300,74
Total Geral		R\$ 279.999.905,79

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Nos termos da legislação vigente, considerando que a presente contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, **não se exige a indicação prévia de dotação orçamentária** para a formalização da Ata de Registro de Preços.

12.2. A **comprovação da existência de dotação orçamentária suficiente** será exigida **somente no momento da formalização dos contratos ou de outros instrumentos hábeis deles decorrentes**, bem como para a emissão das correspondentes Notas de Empenho, em observância aos princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal.

12.3. Não obstante, para fins de **classificação orçamentária e planejamento da despesa**, ficam desde já indicados os seguintes **elementos de despesa**, conforme a natureza dos serviços a serem contratados:

- **4 4 90 51 91 00 – Obras e Instalações;**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026

• **4 4 90 39 00 00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.**

12.4. A efetiva alocação dos recursos orçamentários observará a disponibilidade financeira do exercício correspondente, bem como as regras de execução orçamentária e financeira aplicáveis, quando da celebração dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços.

13. MEIO AMBIENTE

13.1. A cada ordem de serviço emitida no contrato a contratada deverá observar integralmente e aplicar o que for inerente o previsto na Lei Estadual nº 1.117/1994 e na Resolução CONAMA nº 237/1997.

13.2. Em atenção a Lei Estadual nº 1.117/1994, antes da emissão da ordem de serviço o Deracre solicitará ao IMAC o licenciamento ambiental aplicável a localidade e área onde o serviço será executado dentro da regional.

Eng. Clay Regazzonny Gutierrez Lima

Cargo em Comissão



Documento assinado eletronicamente por **CLAY REGAZZONNY GUTIERREZ LIMA**, em 23/04/2026, às 12:42, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP469EC8 A5B12C20 0EF09192 274061BB** e código CRC **EEB2CA**